



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo 10 : Análise, avaliação e financiamento das políticas públicas.

Participação e controle social:

perspectivas e limites no Conselho Nacional de Assistência Social

Amanda Silva Belo¹

Modalidade da apresentação: Pôster

Resumo

Analisamos nesse trabalho o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) enquanto espaço de controle social sobre a política de assistência social. Sua constituição e forma de representação estão regulamentadas na Lei Orgânica da Assistência Social - Nº 8.742/1993, enquanto um órgão de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Propomo-nos a analisar o CNAS e sua capacidade real de interferência na implementação da política de assistência, através do controle exercido pela sociedade civil. Essa proposta de participação institucionalizada tem sido uma das estratégias para a consolidação da cidadania no Brasil. Entretanto, há muitos limites para a consolidação de uma gestão democrática.

A Constituição Federal/1988 foi um divisor de águas em relação ao entendimento sobre o controle social. Não obstante, os avanços trazidos com a Constituição foram atropelados desde 1990, pela orientação neoliberal. Diante do quadro de desregulamentação de direitos sociais conquistados, privatização, “reforma do Estado”, tem-se uma conjuntura desfavorável às conquistas da sociedade, e ao fortalecimento de instâncias de universalização e aprofundamento de direitos. Contudo, isso não deve impedir a continuidade da luta em prol de meios para ocupação dos espaços acenados para os direitos, controle social e participação democrática, como os conselhos.

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos os procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica e levantamento de dados junto a documentos específicos referentes ao Conselho (planos, leis, regimento).

Nestes parâmetros, pretendemos colocar uma luz de criticidade sobre a atuação da sociedade civil no CNAS, analisando as relações sociais e de poder e tomando os conselhos como espaços de relações complexas e forças heterogêneas, que abarcam atores diferentes, numa disputa entre projetos políticos diversos.

¹Estudante do Curso de Pós-graduação em Serviço Social, nível mestrado, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), especialista em Formulação e Gestão de Políticas Sociais em Segurança Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Assistente Social pela UFRJ.

Trabalha como Assistente Social da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil. Endereço: BR 465, Km 7, Seropédica – Rio de Janeiro – Brasil - CEP: 23890-000. e-mail: <asbelo@ufrj.br>. Telefone: (55) (21) 2681-4746.